

Do sonho ao pesadelo: a pedagogia da autonomia sob suspeita

Manuel Gonçalves Barbosa

Resumo

O discurso pedagógico em torno da autonomia não é uma invenção recente, antes se prolonga nos anais da história pelo menos a meados do século 18, altura em que se começaram a vislumbrar os princípios constitutivos de uma pedagogia da autonomia. Recentemente, e numa conjuntura que “obriga” as pessoas a serem autónomas, que as torna responsáveis por todos os aspectos das suas vidas, tenham ou não condições e recursos para os controlarem, esse discurso passou a ocupar um lugar de destaque nas reformas educativas, de tal modo que é hoje considerado uma nova ortodoxia da mudança pedagógica. O presente artigo arranca desta constatação e questiona se a pedagogia da autonomia não está ferida por uma série de suspeições que lhe retiram credibilidade, nomeadamente a que a associa à promoção do ideário neoliberal de indivíduo auto-suficiente. A terminar, perguntamos se ainda há lugar para a pedagogia da autonomia, não obstante as dúvidas e as perplexidades que levanta. A resposta é positiva e passa pela definição não apenas da meta actual dessa pedagogia, o *empowerment*, mas também pelos princípios que a devem reger numa *démarche* de projectos educativos, assim como pelas tarefas de mediação e animação que cabem ao educador protagonizar.

Palavras-chave: pedagogia; autonomia; dúvidas e perplexidades; perspectivas atuais.

Abstract

From dream to nightmare: the pedagogy of autonomy under suspicion

The pedagogical speech around the autonomy is not a recent invention; it is drawn out in the annals of history, at least since the middle of the 18th century, when it started to glimpse the constitutive principles of a pedagogy of autonomy. Recently, in a conjuncture that "compels" people to be autonomous, that makes them responsible for all the aspects of their lives, whether they have or not the conditions and resources to control them, that speech started to occupy a place of prominence in the educational reforms, in such a way that, nowadays, it is considered a new orthodoxy of the pedagogical change. The present article has its beginning in this perception and it questions if the pedagogy of autonomy is not wounded by a series of suspicions that remove its credibility, namely the one that associates it to the promotion of the neoliberal collection of ideas of the self-sufficient individual. Finally, one asks if there is still a place for the pedagogy of autonomy, notwithstanding the doubts and the perplexities it raises. The reply is positive and it passes for the definition, not only of the current goal of this pedagogy, the "empowerment", but also for the principles that should conduct it in a démarche of educational projects, as well as for the mediation and animation tasks that the educator must carry out.

Keywords: pedagogy, autonomy, doubts and perplexities, present perspectives.

Introdução

A pedagogia, enquanto reflexão concreta sobre as possibilidades de educação da criança e, por extensão que contradiz a sua etimologia, do jovem e do adulto, integra a autonomia como objecto privilegiado, pelo menos desde meados do século de Rousseau, altura em que se começaram a vislumbrar, já formulados, os princípios duma pedagogia da autonomia. Daí em diante, a pedagogia da autonomia, entendida como denominador comum de uma série de posições pedagógicas que convergem, todas elas, para a afirmação e a promoção da autodeterminação e do autogoverno dos destinatários da educação, quer nos processos de escolarização, quer em ambientes periescolares e em situações institucionais de educação não formal, jamais deixou de assombrar e desafiar o pensamento de autores e movimentos pedagógicos marginais, como o movimento da Escola Nova (com Dewey, Claparède, Ferrière, Kerchensteiner, Montessori, Neill, Cousinet e Freinet, entre os mais destacáveis) e o movimento, mais restrito

e circunscrito, da pedagogia institucional, para não falar, mais perto de nós, e na área da educação de adultos, da obra teórica e prática de Paulo Freire.

Recentemente, e devido a uma tendência que nos obriga a ser autônomos, além de responsáveis por tudo o que nos acontece na vida, inclusive nos aspectos que mais escapam ao controle pessoal, a autonomia regressou às agendas da educação e tornou-se, em pouco tempo, uma verdadeira ortodoxia das reformas educativas. Por arrastamento, a pedagogia da autonomia revalorizou-se e está hoje muito bem cotada no mercado das ideias e dos sistemas pedagógicos.

O apreço em que hoje se tem a pedagogia da autonomia, apesar de tudo, não é consensual. Várias dúvidas se levantam a seu respeito. Questiona-se, antes de mais, se não será um “cavalo de Tróia do neoliberalismo em educação”, uma vez que parece servir os seus interesses de sobre-responsabilização das pessoas e, mais além, de se colocar ao lado da arte neoliberal de governar, arte essa que consiste em governar obrigando as pessoas a governarem-se, inclusivamente quando não têm recursos e capacidades para regerem as suas vidas. Depois, impende sobre a pedagogia da autonomia a suspeita de elitismo, de minimização dos conteúdos de ensino e, por fim, de destruição da autoridade dos educadores. A nossa intenção, depois de lançar um olhar a estas suspeições, é perguntar se ainda haverá lugar, hoje em dia, para uma verdadeira pedagogia da autonomia, capaz de promover a liberdade e a autodeterminação do ser humano num contexto de crescente usurpação dessas capacidades antropológicas.

O percurso discursivo que há-de terminar nesta reflexão final é precedido de três momentos analíticos. No primeiro, intitulado “Análise conceptual: um paradoxo chamado pedagogia da autonomia”, o propósito é sublinhar, muito sinteticamente, que o elogio da pedagogia da autonomia não pode escamotear, de entrada, que a expressão “pedagogia da autonomia” é um enunciado paradoxal que a complementaridade dos contrários não é capaz de eliminar. No segundo momento, “A revalorização da pedagogia da autonomia: análise contextual”, o objectivo é chamar a atenção para o prestígio adquirido pela pedagogia da autonomia no nosso tempo e tentar explicar, à luz do contexto, essa importância da pedagogia da autonomia. Por fim, e antes de perguntarmos pela viabilidade da pedagogia da autonomia nos dias de hoje como projecto de *empowerment* em ambientes formais e não formais de educação, em especial na escola, analisamos as suspeitas que se formulam a propósito da pedagogia da autonomia na secção “Algumas suspeições em torno da pedagogia da autonomia”. Deste modo, os dados ficam lançados para se concluir, ou não, se a pedagogia da autonomia é sonho que vira pesadelo neste nosso tempo.

1 Análise conceptual: um paradoxo chamado pedagogia da autonomia

Quando se fala em “pedagogia da autonomia”, e ainda mais quando se exaltam as suas virtudes, nem sempre se esclarece que a expressão

encerra um paradoxo. Dizer “pedagogia da autonomia” é enunciar um paradoxo. Que paradoxo? Por um lado temos a “Autonomia” que, à letra, quer dizer dar a lei a si mesmo, regular-se a si mesmo e, por extensão, conduzir-se a si mesmo. Autonomia vem do grego *autos*, *nomos* (sendo “autos” si mesmo e “nomos” lei, norma ou regra). Uma pessoa autónoma é aquela que tem o poder ou a capacidade de estipular a regra da sua conduta, a norma do seu comportamento. Numa palavra, de se conduzir a si mesma.

Por outro lado, e já no registo da exterioridade mais ou menos impositiva, temos a “Pedagogia” (do grego *paidos*, que quer dizer criança, e de *gogia*, que significa levar ou conduzir alguém a um lugar, a um destino). A Pedagogia é, pois, a acção ou o movimento de alguém exterior à criança (eventualmente do jovem ou do adulto) que conduz a uma meta, a um objectivo.

Os termos do paradoxo tornam-se, pois, evidentes: se o lado da autonomia é o pólo da iniciativa própria, do agir por si e para si, o lado da pedagogia é o pólo da iniciativa alheia, do agir sobre alguém no sentido de lhe traçar o caminho e de lhe definir os passos.

A pedagogia da autonomia encerra, pois, um paradoxo que não podemos escamotear, mesmo e quando admitimos que a contradição se pode suavizar com a busca da complementaridade entre a figura do agente motor externo (pedagogo, educador) e a figura do agente que dá a lei a si mesmo, que se regula e se conduz a si mesmo (aluno, educando, aprendente). Não há autonomia sem heteronomia, independência sem dependências. Até se pode dizer, com toda a propriedade, “quanto mais autónomos mais dependentes” (Morin, 1973, p. 32). Mas mesmo assim a contradição permanece. Uma tensão atravessa os seus pólos constitutivos. Só a louca ambição de um mundo cor-de-rosa, precisamente no terreno onde as pulsões e os movimentos contraditórios são a regra, pode levar a esquecer as tensões, e eventualmente os conflitos e as crispações, entre as vertentes dessa contradição.

2 A revalorização da pedagogia da autonomia: análise contextual

A pedagogia da autonomia é hoje amplamente assumida e valorizada, mas não se pode dizer que emerge como criação social-histórica no meio de um deserto de ideias. A pedagogia da autonomia inscreve-se num discurso sobre a educação, e esse discurso, pautado pelas ideias de liberdade e de auto-realização, remonta pelo menos a meados do século 18, altura em que se formularam os princípios directores de qualquer pedagogia da autonomia. Por um lado, o princípio que reconhece no ser humano um sujeito com poder pessoal para intervir na configuração do seu destino e, por outro, o princípio do incitamento externo à autonomia, o qual compagina a causalidade da intervenção pedagógica com a meta da praxis pedagógica, isto é, a autodeterminação do indivíduo no que concerne ao seu futuro.

A modernidade nasceu com a reivindicação do poder pessoal do sujeito, e a pedagogia, confrontada com essa reivindicação, redefiniu os seus objectivos e as suas práticas. Renasceu como pedagogia da autonomia que legitima a sua acção no apoio que pode dar à autodeterminação dos educandos. Todo o influxo pedagógico legítimo interpreta-se, doravante, como influxo que incita os sujeitos à autonomia, ao autogoverno, em vez de forçá-los a adoptar um comportamento imposto desde fora.

A chama da pedagogia da autonomia, apenas cintilante em movimentos marginais de renovação pedagógica ou em iniciativas pontuais de mestres pedagogos excepcionais, como J. Dewey, A. Neil, C. Freinet, R. Cousinet ou F. Oury, tem vindo a retomar o seu brilho nas últimas décadas, surgindo hoje como nova ortodoxia das reformas educativas. Não há mudança educativa que não se vincule a essa pedagogia, se não na prática, pelo menos nas intenções.

A que se deve semelhante prestígio da pedagogia da autonomia? Será apenas por razões humanistas, subitamente redescobertas para aprofundar a humanidade do homem? Ou será por razões mais prosaicas que têm a ver com os imperativos do contexto? Actualmente, dizem-nos Beck e Beck-Gernsheim (2003, p. 72),

[...] proliferam as directrizes – no sistema educativo, no mercado de trabalho ou no Estado de bem-estar – que contêm a exigência de que o indivíduo tome as rédeas da sua própria vida sob pena de sanção económica.

Será a pedagogia da autonomia uma resposta a esta exigência? Se sim, a quem interessa a pedagogia da autodeterminação e do autogoverno?

A resposta a estas questões não é fácil e até pode lançar, precipitadamente, algumas suspeições sobre a pedagogia da autonomia. A seu tempo veremos se essas suspeições, entre outras, se justificam. De momento importa sublinhar que vivemos num contexto que apela insistentemente à autonomia dos indivíduos, que difunde aos quatro ventos o ideal normativo de indivíduo autónomo, senhor de si mesmo e do seu destino, gestor do seu projecto de vida, responsável por tudo aquilo que lhe acontece: inserção na vida activa, permanência no posto de trabalho, queda na exclusão e na marginalidade, sucesso e insucesso nos estudos, posicionamento no sistema da desigualdade, riqueza e pobreza, saúde e doença, reconhecimento e discriminação.

O valor normativo do indivíduo autónomo, dando força a essa tendência que consiste em responsabilizar as pessoas por todas as emergências e todas as contingências da vida, inclusive no terreno da educação e da formação com as noções de auto-aprendizagem, de aprendizagem autodirigida e de educação e formação ao longo da vida, não se pode interpretar à margem do discurso neoliberal imperante, uma vez que esse discurso, assente no postulado do “eu auto-suficiente”, é quem mais conchama à autonomia hoje em dia. É um discurso que pressupõe, contra todas as evidências estabelecidas pela ciência e pelo senso comum, que “os indivíduos podem dominar, por si próprios, a totalidade das suas

vidas, e que obtêm e renovam a sua capacidade de acção a partir do seu interior” (Beck, Beck-Gernsheim, 2003, p. 29).

A ideia neoliberal de indivíduo autónomo, amplamente disseminada no mundo actual e verdadeiramente hegemónica sobre muitas consciências, presta-se a vários usos estratégicos: por um lado, permite que o Estado abdique das suas responsabilidades perante os cidadãos, nomeadamente em termos de segurança e de padrões mínimos de inclusão social; por outro, serve de estratégia ao controlo do corpo social por parte da autoridade governamental, na medida em que obriga as pessoas a controlarem-se a si mesmas. A melhor forma de controlar as pessoas é obrigá-las a controlarem-se. Desta forma, a autonomia é sujeita a uma instrumentalização que nada tem a ver com as necessidades de desabrochamento pessoal, de realização do indivíduo como pessoa.

A actual revalorização da pedagogia da autonomia pode ter que ver com estas necessidades e estar imbuída, verdadeiramente, dessas ideias modernas de liberdade e de auto-realização do ser humano. Mas também pode estar a serviço do ideário neoliberal, instrumentalizador e redutor daquilo que a autonomia tem de melhor: a capacidade de autogoverno na dependência de recursos que só a colectividade pode fornecer. Sem estes recursos (educação, formação, meios de subsistência, segurança e estabilidade, reconhecimento, auto-estima, protecção no desemprego e na doença) a autonomia não é mais que uma miragem ou um sonho neoliberal que vira pesadelo quando nos damos conta, talvez tarde de mais, que o seu objectivo é cercear e comprometer a nossa liberdade.

3 Algumas suspeições em torno da pedagogia da autonomia

A bondade da pedagogia da autonomia, especialmente quando se define pelo apoio à liberdade e à autodeterminação, não pode ser posta em causa. Porém, como sabemos, de boas intenções está o inferno cheio. As mais belas intenções podem ser desmentidas pelos factos, e os factos, no caso particular da pedagogia da autonomia, levantam sérias dúvidas sobre o cumprimento dos seus objectivos de maneira ampla e abrangente, dentro dum saudável espírito democrático, tanto na escola como fora dela. As suspeitas são fundadas e tanto remetem para a apropriação da pedagogia da autonomia pelo ideário neoliberal hoje imperante como remetem para os efeitos não desejados por essa pedagogia. No primeiro caso, fica sempre a dúvida se o “ruído” em torno da pedagogia da autonomia não servirá apenas para ocultar a sua utilização como dispositivo de incorporação nas estruturas mentais do neoliberalismo e nas suas políticas de autonomia decretada. A autonomia, nesta circunstância, seria procurada para otimizar a arte neoliberal de governar, arte essa que consiste em governar obrigando os indivíduos a autogovernarem-se, tornando-se responsáveis pelos seus sucessos mas também pelos seus fracassos, precisamente num mundo que, paradoxalmente, lhes escapa cada vez mais ao controlo.

No segundo caso, e já numa tentativa de averiguar as consequências da pedagogia da autonomia, importaria analisar se essa pedagogia, contra a vontade dos seus promotores, conduz a efeitos perversos. A tarefa não é simples e a conclusão nunca pode ser taxativa, a não ser que se empreendam estudos empíricos exaustivos. Ainda assim, é justo reconhecer o fundamento de certas suspeitas, nomeadamente a de elitismo. Tudo parece indicar que a pedagogia da autonomia favorece quem já é favorecido, ou seja, parece ajustar-se melhor à cultura dos educandos das classes médias e das classes cultas, em detrimento dos educandos das classes populares. Várias razões apontam nesse sentido. Em primeiro lugar, o facto da pedagogia da autonomia se desviar dos valores dominantes das classes populares tradicionais, valores que acentuam o controlo permanente das condutas, o respeito pelas regras e pela autoridade hierárquica, o esforço permanente e o trabalho individual. Em segundo lugar, por estar fortemente centrada numa imagem de criança em que as classes populares não se revêem. Essa imagem é a de uma criança entendida como pessoa única, activa, criativa, autónoma e responsável. A criança é dotada de inúmeras virtudes e merece todas as atenções por parte dos adultos significativos, como pais e educadores, o que supõe viver, como sublinha Perrenoud (1995, p. 114), “em condições privilegiadas que permitam dispensar a sua força de trabalho, de tolerar a sua liberdade de movimento e de fala, de ter tempo e desejo para negociar com ela as mais pequenas coisas da vida”.

Em terceiro lugar, e talvez mais importante que as anteriores razões, está o facto da pedagogia da autonomia ser uma pedagogia relativamente invisível para as classes populares e para as suas crianças. Que quer isto dizer? Quer dizer que a pedagogia da autonomia, enquanto proposta curricular inovadora, assente numa organização flexível do tempo e do espaço, de regras pouco explícitas e codificadas, de negociação permanente das actividades, de relação desinteressada ao saber e de avaliação mais centrada nos processos do que nos resultados e, portanto, sem a visibilidade imediata da nota na sequência de tarefas prescritas, é uma pedagogia cujas coordenadas se revelam até certo ponto opacas aos olhos das classes populares.

A pedagogia da autonomia, como caso exemplar das “pedagogias invisíveis” (Bernstein, 1975), joga claramente a favor das classes mais cultas, habituadas como estão a mover-se com mais facilidade num mundo de maior flexibilidade e incerteza. Assim, se a pedagogia da autonomia quer controlar os efeitos perversos, ou simplesmente mitigar os efeitos não previstos, deve ter presente, como alerta Torres Santomé (2006, p. 94), que

[..] as crianças das classes médias e altas, normalmente, aprendem com muito mais facilidade a mover-se em ambientes onde as normas e as regras nem sempre são verbalizadas explicitamente; desenvolvem rapidamente confiança em si mesmas, o que lhes permite aprender a intuí-las. São pessoas habituadas a ser escutadas, a ser respeitadas nos seus pontos de vista, dispõem de espaços próprios em casa, permite-se-lhes escolher... Muitas são as famílias de classes baixas e de imigrantes que não podem ver-se reflectidas neste espelho.

A explicitação das regras e a estruturação mais evidente do processo pedagógico em função das necessidades das famílias e das crianças que não se revêem nesse espelho é já encetar o caminho que levará a assumir o desafio democrático de todos beneficiar com a pedagogia da autonomia. Até isso acontecer, fica sempre a suspeita de que a pedagogia da autonomia é elitista, beneficiária de um segmento da população que nela vê o caldo de cultura ideal para a realização dos seus interesses.

As suspeitas sobre a pedagogia da autonomia não terminam aqui. Com algum fundamento, e certamente com alguma nostalgia da educação tradicional (o que não é pecado), chega-se a dizer que essa pedagogia corre o risco de minimizar o ensino de conteúdos, uma vez que desloca o centro de gravidade do processo educativo para o lado da aprendizagem de competências básicas, além de privilegiar o desenvolvimento da imaginação, da criatividade, da comunicação, da participação e da assunção de responsabilidades. A pedagogia da autonomia, de acordo com esse entendimento, prefere claramente a aprendizagem das bases estruturais do saber agir e do saber comunicar à aprendizagem de saberes declarativos e formais, próprios da cultura de conteúdos que ainda prolifera nas instituições escolares. Assim, a ênfase é colocada não no aprender, mas no aprender a aprender. Ora, dizem as vozes da suspeita, isso pode fazer com que nunca se aprenda nada de substantivo, que se esqueça o legado cultural que faz de nós o que somos e sobre o qual se constrói o futuro.

Uma nota é suficiente para referir, a terminar, a suspeita que se levanta a propósito da autoridade do educador. É comum referir, com razão ou sem ela, que a pedagogia da autonomia desestabiliza as relações da autoridade, socavando o poder do educador. A autoridade tradicional seria minada, para não dizer negada, pelo facto do aluno passar a disputar a centralidade da cena pedagógica, por se tornar alérgico e renitente à normatividade imperativa (a que se impõe de cima para baixo sem explicações) e por aderir, em consequência, a uma nova normatividade, mais baseada na negociação e na contratualização (Barbosa, 2006, p. 83-84), precisamente aquela que a pedagogia da autonomia privilegia. Ora, dizem os mais cépticos, a dúvida sobre a pedagogia da autonomia permanece enquanto não demonstrar, com argumentos sólidos, que a autoridade do educador é realmente protegida.

O quadro esboçado, como ressalta claramente do conteúdo destas linhas, não esgota as dúvidas e as perplexidades que a pedagogia da autonomia levanta. O propósito não era esse, mas as ideias concatenadas são suficientemente incomodativas para perguntar se ainda há lugar, no contexto que é o nosso, para a pedagogia da autonomia.

4 Ainda há lugar para a pedagogia da autonomia?

A pedagogia da autonomia, grávida de muitas promessas e apostada em desenhar outro mundo de possíveis, nomeadamente em termos de respeito e de consideração pelo ser humano, sem discriminações de

género, de credo, de raça, de cultura, de etnia e de estatuto social, corre o risco de virar pesadelo, ou de se tornar insuportável, se não retoma a inspiração original, aquela que a colocou a serviço da promoção da liberdade, da autodeterminação e da auto-realização da pessoa humana, entendida como sujeito que intervém activamente na configuração do seu destino ao lado de outros sujeitos e actores sociais, eles próprios com a “vocação ontológica de ser mais” (Freire, 1975, p. 58), num mundo que, ainda hoje, e talvez mais do que nunca, tem tendência para usar e abusar do ser humano em função de lógicas que o desumanizam.

O contexto actual não é favorável a uma pedagogia da autonomia concebida nesses termos, mas alguma coisa deve ser feita para romper com as lógicas que, apoderando-se da pedagogia da autonomia, a colocam a serviço do aviltamento do ser humano. Que fazer então? Rearticular a pedagogia da autonomia com um projecto de *empowerment*, definido substantivamente como

[...] processo individual e organizativo através do qual as pessoas se tornam “potentes” (*empowered*), quer dizer que reforçam a sua própria capacidade de escolha e de autodeterminação, desenvolvendo paralelamente o sentimento do valor próprio e da própria auto-estima (Alberici, Serreri, 2005, p. 41).

A autonomia é um projecto que pode ser realizado, mas a sua realização, como acertada e convincentemente afirma Castoriadis (2005, p. 17), “depende da actividade lúcida dos indivíduos e dos povos, da sua compreensão, da sua vontade, da sua imaginação”. A pedagogia da autonomia resultará desta vontade e desta imaginação, postas a serviço da liberdade e da emancipação.

Uma pedagogia da autonomia com este sentido ou significado é adequadamente promovida através de projectos educativos, em contextos formais e não formais. O desenvolvimento de projectos, pelas experiências que proporciona em termos de tomada de decisões e de assunção de responsabilidades, para não falar das aprendizagens da cooperação, da participação e do respeito pelos outros quando se processa colectivamente, acomoda-se facilmente às intenções de uma verdadeira pedagogia da autonomia, articulada com o *empowerment*. O essencial, para isso se verificar, é respeitar certos princípios orientadores e assumir um conjunto de tarefas de mediação/animação.

No capítulo dos princípios orientadores, salientamos os seguintes:

- É importante que os projectos e actividades se façam com os educandos e não para eles.
- Tanto quanto possível, as equipas de projecto devem ser de pequena dimensão e revelar homogeneidade etária.
- Convém evitar distinções de sexo, raça, classe social, recursos económicos e identidade cultural.
- Os educandos, individual ou colectivamente, devem ser os verdadeiros gestores dos projectos, não obstante o apoio do educador/animador.

- É preciso assegurar o respeito e a autonomia dos educandos nos planos da criação e da acção.
- Deve-se lutar contra o isolamento narcísico promovendo a comunicação interindividual e a livre circulação de informações.
- Os projectos devem ser divididos em pequenas sequências e desembocar regularmente em resultados concretos.
- Em actividades extracurriculares, os projectos só têm a ganhar se inscritos e articulados com a cintura sociocultural da escola. É de privilegiar implicações e transacções com esse meio.
- A pedagogia de apoio a projectos individuais e colectivos, visando a autonomização, deve assentar nos princípios da confiança, da responsabilização, da delegação de poderes e de autoridade, e bem assim no princípio da subsidiariedade. Acima de tudo, é preciso saber escutar e apoiar sem paternalismos e assistencialismos (cf. Boukobza, 1998, para a consulta dos dados empíricos que suportam a formulação destes princípios orientadores e algumas ideias neles reflectidas).

Relativamente às tarefas de mediação/animação, sem as quais não passaríamos da generalidade e da abstracção dos princípios orientadores, o processo poderia reger-se pelas seguintes fases ou etapas:

1) Fase de Explicitação e Negociação

Aqui, a tarefa consiste em ajudar o educando a expressar as suas intenções, os seus desejos, as suas ideias, sobre projectos pessoais a realizar. Consiste, ainda, em mediar a negociação de projectos colectivos.

2) Fase de Motivação e Preparação

O objectivo, nesta fase, é suscitar a implicação na realização do projecto negociado, ajudando a descortinar o seu sentido, a sua utilidade, o seu benefício. É, também, a fase de apoiar a elaboração de um plano de acção depois de suscitar uma reflexão sobre os meios necessários à realização do projecto.

3) Fase de Realização

Aqui há que incentivar a análise detalhada das tarefas e ajudar o educando a dosear os seus esforços, tendo sempre em conta as suas possibilidades. E, ainda, acompanhar a concretização das actividades, fazendo o ponto da situação relativamente ao propósito inicial e fornecer, se necessário, estímulo e apoio metodológico.

4) Fase de Balanço e Transferência

Nesta última fase perseguem-se dois objectivos: por um lado, há que fomentar e apoiar uma avaliação do trabalho efectuado, chamando a

atenção para as estratégias utilizadas, e ajudar a tirar ilações para o futuro; por outro lado, é conveniente estimular a transferência de estratégias usadas na realização do projecto, solicitando ao educando, ou aos educandos se se tratou de projecto colectivo, a escolha de situações em que seriam pertinentes e como pensa(m) usá-las.

A obediência aos princípios orientadores e a realização das tarefas de mediação/animação não garantem, só por si, a pedagogia da autonomia, mas podem dar uma preciosa ajuda nesse sentido. Para tanto, há que contar com o empenho dos educadores e o entusiasmo dos educandos nas instituições educativas.

O empenho dos educadores e o entusiasmo dos educandos, quando se desvaloriza o estatuto social dos primeiros e se frustram as expectativas de justiça social dos segundos, ou, pelo menos, de amplas franjas de educandos, não são fáceis de conseguir nas instituições escolares. Ora, é nestas instituições que faz falta implementar, sem discriminações e efeitos perversos, a pedagogia da autonomia. A pedagogia da autonomia não é um luxo das classes abastadas e cultas. É um direito de todos, porque todos precisam de enriquecer o seu potencial humano de autodeterminação e de auto-estima no seio da sociedade a que pertencem. É, pois, como cidadãos de uma democracia em devir, que só se justifica como aristocracia para todos, que lhes devemos a pedagogia da autonomia.

Referências bibliográficas

ALBERICI, Aureliana; SERRERI, Paolo. *Competencias y formación en la edad adulta: el balance de competencias*. Barcelona: Laertes, 2005.

BARBOSA, Manuel. *Educação e cidadania: renovação da pedagogia*. Amarante: Labirinto, 2006.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. *La individualización: el individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*. Barcelona: Paidós, 2003.

BERNSTEIN, Basil. *Classe et pédagogies: visibles et invisibles*. Paris: OCDE, 1975.

BOUKOBZA, Eric. *Clés pour la participation: guide à l'usage des praticiens*. Strasbourg: Conseil de l'Europe, 1998.

CASTORIADIS, Cornelius. *Une société à la dérive: entretiens et débats, 1974-1997*. Paris: Seuil, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Porto: Afrontamento, 1975.

MORIN, Edgar. *Le paradigme perdu: la nature humaine*. Paris: Seuil, 1973.

PERRENOUD, Philippe. *La pédagogie à l'école des différences*. Paris: Seuil, 1995.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. *La desmotivación del profesorado*. Madrid: Morata, 2006.

Manuel Gonçalves Barbosa, doutor em Educação, pela Universidade do Minho, é docente de Educação/Ciências da Educação, na Universidade do Minho, PT. Publicou os seguintes títulos, entre outros: *Antropologia complexa do processo educativo* (1997), *Antropologia e pedagogia em Freud* (2000), *Educação e cidadania. Renovação da pedagogia* (2006), *Educação, cidadania e sociedade civil* (2008)

mbarbosa@iep.uminho.pt

Recebido em 2 de outubro de 2007.

Aprovado em 12 de setembro de 2008.